

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - ABRIL - 2010
ANO 16 - NÚMERO 148

IGO DE
OCRESSO CIVIL
egislação processual em vigor

Rossana Magri

Como deve ficar o CPC?

Um amplo debate nacional está sendo realizado desde que o Senado Federal instituiu, em setembro de 2009, uma comissão de juristas para elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil. Audiências públicas têm sido realizadas em todas as regiões do País com a finalidade de colher sugestões da comunidade jurídica e da sociedade. A primeira delas foi feita em Minas, no Tribunal de Justiça, no final de fevereiro. A opinião de especialistas mineiros em Processo Civil pode ser conferida nas páginas centrais desta edição.

Páginas 6 e 7

Seis ou oito horas? – eis a questão

Des. Antônio Armando dos Anjos - Superintendente de Comunicação

A jornada de trabalho dos servidores do Judiciário vem sendo amplamente discutida desde que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 88/2009. Seis ou oito horas? Qual é a melhor alternativa? Este editorial não pretende ser conclusivo, mas apenas apresentar alguns pontos para reflexão.

No artigo 1º da referida resolução, está previsto que “a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário é de oito horas diárias e 40 horas semanais, salvo se houver legislação local ou especial disciplinando a matéria de modo diverso, facultada a fixação de sete horas ininterruptas”.

O parágrafo 2º do mesmo artigo estabelece o seguinte: “Deverão os Tribunais de Justiça dos Estados em que a legislação local disciplinar a jornada de trabalho de forma diversa deste artigo encaminhar projeto de lei, no prazo de 90 (noventa) dias, para adequação ao horário fixado nesta resolução, ficando vedado envio de projeto de lei para fixação de horário diverso do nela estabelecido.”

Essa resolução do CNJ gerou vários questionamentos. Algumas pessoas argumentam que a maior motivação para o ingresso no Judiciário foi, justamente, a jornada de seis horas prevista no edital do concurso, permitindo conciliar atividades diversificadas.

Há ainda alguns pontos de interrogação: a ampliação da carga horária implicaria aumento de vencimentos? Como o TJMG iria arcar com esses custos, tendo em vista que já está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Outro argumento, presente nas ações ajuizadas no Supremo Tribunal Federal, é de que o ato do CNJ desrespeita a autonomia administrativa, legislativa e financeira do Estado. E, ainda, que o CNJ estaria extrapolando suas funções.

Por outro lado, as discussões do mercado convencional são bem diversas. A jornada de trabalho brasileira é de 44 horas

semanais. Essa é a realidade do cidadão comum. No ano passado, o então ministro do Trabalho Carlos Lupi defendeu a redução para 40 horas (PEC 231/95), mas as entidades patronais manifestaram-se contrárias.

Em matéria de “O Estado de São Paulo”, de 25 de agosto de 2009, Lupi argumentou que a redução da jornada de trabalho teria “impacto de 1,99 ponto percentual nesse custo (do produto de uma empresa)”, sendo vantajosa para os empregados e com custo mínimo para os empregadores. Disse que 40% dos países adotam a carga média de 40 horas, enquanto a jornada brasileira se aproxima da praticada em países como China (44,6 horas), Estados Unidos (45,5 horas) e Índia (47 horas). Citou exemplos de países da América do Sul com média menor que a brasileira: Uruguai, 41,6 horas semanais, Argentina, média de 41,5 horas, e Chile, 42,1 horas. Para Carlos Lupi, “as empresas que praticam as 40 horas melhoram a produtividade do trabalhador”.

Aliás, essa jornada é extensa na avaliação do empresário Francisco Simeão, que montou a BS Colway Pneus, empresa de remoldagem de pneus, em Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba). O sucesso da BS Colway, segundo Simeão, deve ser creditado ao modelo centrado na valorização do trabalhador, cujo pilar é a jornada de seis horas e um extenso programa de benefícios. Ele disse que estava angustiado com os efeitos do desemprego – criminalidade, degradação do ser humano e de suas famílias.

Para quem não acredita nos resultados, é o próprio Simeão que conta: “Nossa expectativa era de um aumento de produtividade da ordem de 12%, suficiente para pagar os custos de uma jornada de seis horas. Para nossa surpresa, atingimos um índice maior de produtividade: em vez de produzir mil pneus em oito horas, estamos produzindo 1.370 em seis horas.” São informações e ponderações que merecem reflexão.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Sérgio Antônio de

Resende;

1º Vice-Presidente: Carreira Machado;

2º Vice-Presidente: Herculano Rodrigues;

3º Vice-Presidente: Márcia Milanez;

Corregedor-Geral: Célio César

Paduani; Superintendentes de

Comunicação: Alexandre Victor de

Carvalho e Antônio Armando dos Anjos;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; Secretária do

Presidente: Sidneia Simões; Assessor

de Comunicação Institucional:

Ronaldo Ribeiro; Gerente de

Imprensa: Wilson Menezes; Editoras e

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadete Dias - RP nº 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP nº MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Melillo e Ione

Bernadete Dias; Design Gráfico:

Úrsula B. Baião; Fotolito e Impressão:

CGB Artes Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



Renata Mendes

TJ lança pedra fundamental em Uberaba

“Uberaba recebe, neste instante, a maior obra do Poder Judiciário em Minas Gerais”. Com essas palavras, o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, lançou a pedra fundamental do novo Fórum da comarca de Uberaba, no dia 12 de março. A obra está orçada em cerca de R\$ 30 milhões e tem previsão de conclusão em 30 meses. O prédio terá cinco pavimentos, mais subsolo, com área construída total de 17.147 m² e capacidade para até 30 varas. Na foto, descerram a placa comemorativa do evento o prefeito de Uberaba, Anderson Aduino; a juíza diretora do Foro da comarca, Régia Ferreira de Lima; o vice-governador de Minas, Antônio Anastasia; o governador Aécio Neves e o presidente Sérgio Resende.

Por dentro do Orçamento

Roberto Bevilacqua falou sobre elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento nas organizações públicas



Renata Mendes

Ione Bernadete e Vanderleia Rosa

Todos nós conhecemos a importância do planejamento financeiro e do orçamento na vida das pessoas, pois o gasto irresponsável, sem previsão de receita e controle das despesas, além de provocar dores de cabeça, muitas vezes, causa rombos irreparáveis na economia doméstica. O que pensar, então, do papel do planejamento orçamentário na gestão administrativa das empresas e instituições?

Atenta à relevância do tema, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), reuniu desembargadores, juízes e gerentes do TJMG, no final de fevereiro e princípio de março, para debater sobre “Orçamento como instrumento de gestão nas organizações do Poder Judiciário”. O evento, em formato de *workshop*, teve carga horária de 16 horas, distribuídas em três encontros.

Ao abrir o *workshop*, o então 2º vice-presidente do TJ e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes, ressaltou ser a atividade de grande importância para o Judiciário de Minas, lembrando que a Constituição de 1988 conferiu também aos Tribunais a função administrativa. Ressaltou ainda o compromisso e a responsabilidade que se deve ter na gestão do dinheiro público. Ainda em suas palavras, destacou a seriedade e o talento da Fundação Getúlio Vargas e apresentou os professores Armando Cunha e Roberto Bevilacqua, que estavam à frente do curso. Finalizou dizendo que o evento atendia à demanda específica do TJ, sendo pioneiro no Brasil.

O professor Armando Cunha registrou a satisfação de poder ministrar o *workshop* no TJ, juntamente

com o professor Roberto Bevilacqua, informando que a aproximação da Fundação Getúlio Vargas com o Poder Judiciário é recente.

Novos caminhos

Em sua exposição, o professor Armando Cunha abordou as mudanças que motivaram uma nova maneira de pensar a gestão pública, os desafios que são colocados para as instituições e a busca de novos caminhos frente a uma realidade que exige resultados e transparência. Destacou, dentre outras questões, a importância da conexão entre as instituições, lembrando que decisões isoladas nem sempre são as mais adequadas.

O *workshop* contou com três momentos: o primeiro foi voltado para uma discussão aberta sobre os desafios à capacidade de gestão do TJ; o segundo discutiu a dinâmica orçamentária organizacional; e o terceiro consistiu na consolidação e validação de ideias e sugestões para mudanças no modelo de gestão orçamentária do TJ.

Roberto Bevilacqua abordou a dinâmica orçamentária nas organizações do setor público, focalizando a questão do orçamento propriamente dito, direcionado à análise do ciclo orçamentário – elaboração, aprovação, execução e controle.

Avaliação

Na opinião dos participantes, a Ejef, mais uma vez, propiciou a magistrados e servidores a oportunidade de ampliar o conhecimento e debater tema atual que, embora bastante técnico, é de vital importância na Administração Pública.

Para o desembargador da 4ª Câmara Criminal Doorgal Andrada, “o curso, além de inovador, abre uma perspectiva muito otimista para o futuro do Judiciário, trazendo para os participantes, magistrados e servidores, a oportunidade de compreender e debater a gestão e o orçamento do TJ”.

O desembargador Doorgal enfatizou: “A Ejef, através do então superintendente, desembargador Reynaldo Ximenes, conseguiu da FGV a montagem exclusiva desse curso para a magistratura mineira e, tendo em vista seu sucesso e grandeza, esperamos que possa se repetir em Minas e outros estados para o aperfeiçoamento do Judiciário nacional.”

O curso, além de inovador, abre uma perspectiva muito otimista para o futuro do Judiciário”

Fórum Lafayette ganha nova sinalização

Raul Machado

Agora, as placas indicativas dos setores são fixadas perpendicularmente às portas

Raul Machado

“Saída”, “Protocolo”, “Serviço de Atendimento ao Cidadão”. Palavras simples que, acompanhadas de setas, são capazes de ajudar pessoas a se deslocarem por um prédio que não conhecem. O Fórum Lafayette está recebendo uma sinalização nova. A criação de novas varas e setores, além da transferência de muitas secretarias para outros prédios, fez com que a antiga sinalização, com mais de 10 anos, ficasse desatualizada.

A sinalização é muito importante em prédios que recebem um grande número de visitantes. Além de impedir que o usuário se perca, garante a segurança dos indivíduos em situações de emergência, por exemplo, caso o prédio precise ser desocupado de repente. Aproximadamente 10 mil pessoas passam pelo Fórum Lafayette diariamente.

Para o juiz diretor do Foro da Capital, Marco Aurélio Ferenzini, o cidadão precisa ter uma noção clara de onde vai ser atendido. O magistrado ressalta ainda as características das placas adotadas, que possuem um “visual moderno, mas sem deixar de ser institucional”.

As placas indicativas dos setores ganharam uma posição diferente da anterior. Agora, as placas são fixadas perpendicularmente às portas, o que possibilita a leitura de quem transita pelo corredor. Outra novidade são as placas que pendem do teto no meio de cada corredor e nos encontros de corredores, que informam todos os setores que funcionam naquela área.

Nas quatro portarias do prédio serão fixados grandes painéis contendo a localização de todas as salas do Fórum

Painéis

Nas quatro portarias do prédio serão fixados grandes painéis contendo a localização de todas as salas do Fórum. Com essas informações na entrada do edifício, será possível para a pessoa saber de imediato o andar e o número da sala onde precisa ir. Além destes painéis, outros 20 serão fixados em diferentes pontos do prédio, contendo mapa do andar e com a indicação “você está aqui”. Esses mapas são importantes principalmente para o público externo.



O objetivo da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) é padronizar a sinalização em todas as comarcas do Estado, conta Sílvia Lara, do Centro de Comunicação Visual (Cecov). A sinalização do Fórum de BH é um projeto-piloto que será levado para o interior nos prédios novos, além dos que passarão por reformas.

As placas são feitas de PVC e os painéis, em aço. Todas as informações podem ser modificadas sempre que for necessário, uma vez que as peças que compõem os painéis são parafusadas, assim como as placas das portas, conta Régis Ferreira, servidor da Ascom responsável pelo projeto.

Família de plantão

Francis Rose

O telefone de Angélica* tocou inesperadamente, numa tarde de agosto de 2008, quando ela se preparava para deixar o trabalho. Do outro lado da linha, uma assistente social da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte comunicava que o pequeno Rodrigo, um bebê de apenas um mês, a aguardava. Angélica e o marido, Carlos, ambos dentistas, estavam cadastrados no Programa Pais de Plantão.

Na fila da adoção desde 2007, o casal aguardou vários meses até agosto de 2008, ocasião em que Rodrigo recebeu alta em um hospital de Belo Horizonte e foi encaminhado à Justiça. O bebê, o segundo adotado pelo casal, nasceu prematuro e foi abandonado pela mãe biológica quando ainda estava no CTI. "Foi amor à primeira vista", lembra Angélica. Na nova família, Rodrigo encontrou muito carinho, amor e cuidados, além de pai, mãe e uma irmã.

A história dessa família é parecida com a de outras, cujos pais integram a fila do Programa Pais de Plantão, mantido

pela Vara Cível da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). À espera de uma criança para adoção, esses pais "de plantão" podem ser chamados a qualquer momento para acolher a tão esperada criança, que também chega à Justiça de uma hora para a outra.

"O objetivo do programa é evitar que crianças abandonadas pelas mães sejam encaminhadas a uma instituição. Os casais interessados na adoção, depois de habilitados pela Justiça, passam a integrar essa fila", explica a assistente social Kátia Regina Marques Lima, coordenadora do Setor de Estudos Familiares da Vara Cível da Infância e da Juventude. Sempre que um bebê chega à Vara da Infância, com pouquíssimas chances de voltar à sua família de

origem, é encaminhada para os pais de plantão, no início da fila, que estejam aguardando uma criança dentro daquele perfil.

Adoção

Kátia explica que a criança é acolhida por tempo indeterminado, enquanto são feitos os estudos sobre o caso. A adoção do bebê pode ser confirmada, posteriormente, pelo juiz, ou não. Apenas pessoas

de Belo Horizonte participam do Programa, que tem, hoje, cerca de 150 pessoas na fila. "Nem sempre o bebê encontra uma família, principalmente se for negro. Nesse caso, mandamos para um abrigo, enquanto ele aguarda a procura por uma família no restante

do Estado ou no País", detalha a assistente social. Em 2008, 40 crianças foram aco-

lhidas pelo Programa Pais de Plantão. Em 2009, foram 39.

A assistente social lembra que um dos benefícios do Programa é o cuidado recebido pelas crianças. Como a mãe que decide doar o filho não costuma fazer pré-natal, muitas crianças chegam à Vara da Infância doentes. Na família, a atenção e os cuidados são individualizados. Kátia explica que as crianças direcionadas para o Programa são aquelas cujas mães manifestam a intenção de não criar o filho, já assinando todos os documentos exigidos.

Para Angélica, o tempo na fila do Programa Pais de Plantão foi de muita expectativa. "Eu evitei ter muitas coisas de bebê em casa, para não ficar ansiosa. Na hora em que recebi o telefonema da Vara da Infância, mobilizei a família", conta. A dentista, que ainda cogita a possibilidade de adotar mais um filho, teme apenas a possibilidade de acolher uma criança que poderia ser retirada da família posteriormente.

"Foi muito gostoso aguardar na fila, tanto pela Adriana, que foi adotada na Bahia aos oito meses e que hoje vai completar 3 anos, quanto pelo Rodrigo. Sou uma mãe super realizada. Quem adota um filho sabe que o amor é uma coisa que vem de Deus", pondera.

* Os nomes da família entrevistada são fictícios

Quem adota um filho sabe que o amor é uma coisa que vem de Deus"

Renata Mendes



Kátia Lima explica que a criança é acolhida pela Justiça antes de ser encaminhada para o primeiro casal da fila

CPC: um novo Código para uma nova sociedade

Daniela Lima e Danilo Bayão

Um amplo debate está sendo realizado desde que o Senado Federal instituiu, em setembro de 2009, uma comissão de juristas para elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC).

Depois de cinco reuniões e quatro audiências públicas, os membros da comissão já definiram os pontos cruciais da mudança: a construção de um texto que privilegie a simplicidade da linguagem e da ação processual; a celeridade do processo; e a efetividade da decisão judicial. Eles também defendem a modernização de procedimentos e o respeito ao devido processo legal.

Novos tempos

O novo diploma legal tem como objetivo atender às necessidades dos tempos de hoje. Vale lembrar que o Código atual é de 1973, período de ditadura militar, e mudanças

ocorreram em nossa sociedade. Passamos pela redemocratização do país e promulgamos uma constituição democrática em 1988. Nesse novo cenário, há um clamor social para a maior eficiência do Estado no exercício de suas funções, incluindo a prestação jurisdicional. Ao mesmo tempo, chegam ao Poder Judiciário cada vez mais ações.

O desembargador do TJMG Elpídio Donizetti, que faz parte da comissão instituída pelo Senado,

Depois de 37 anos de sua promulgação, o Código está desatualizado, sobretudo por causa da alta velocidade dos acontecimentos nos dias atuais”

comenta que, depois de 37 anos de sua promulgação, o Código está desatualizado, sobretudo por causa da velocidade dos acontecimentos nos dias atuais. “O Código já foi alterado por 64 leis. Isso fez com que ele se tornasse uma colcha de retalhos até mesmo incoerente em determinados pontos”, comenta.

A professora Juliana Cordeiro de Faria, do departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFMG, não considera que o atual código seja “uma colcha de retalhos”, mas concorda que a mudança é necessária. “Essa necessidade de reformas sucessivas indica que o atual CPC não está apto a proporcionar tudo aquilo que dele almeja a sociedade no Estado Democrático de Direito. Esse é um dos fatores que contribuem para a denominada ‘crise do processo’, caracterizada pela falta de credibilidade da sociedade nesse método de solução dos conflitos”, analisa a professora.

Mudanças

Para o desembargador Elpídio Donizetti, um ponto fundamental da reforma é a instituição do incidente de coletivização. Ele estabelece que, quando houver várias matérias versando sobre o mesmo tema, o Tribunal julgará um deles para nortear os demais, que ficarão suspensos aguardando a referida resolução. “Esse instituto aproxima-se da conexão”, complementa. A medida diminuirá o volume de trabalhos dos magistrados, possibilitará a harmonia das decisões judiciais e dará agilidade no julgamento das causas.

Rossana Magri



A legislação em vigor é de 1973

O novo texto deverá adequar o processo às novas tecnologias, sobretudo à lei do processo eletrônico. Elpídio Donizetti explica que o Código irá traçar diretrizes sobre os atos eletrônicos, ou seja, não irá detalhar procedimentos, e sim nortear a relação do processo com as novas tecnologias. Segundo a professora Juliana Cordeiro, “a implementação e regulamentação do procedimento eletrônico contribuirá muito porque elimina o denominado ‘tempo morto do processo’, isto é, aquele tempo entre a autuação dos autos, juntada de petições, remessa a gabinete, carga para xerox, para vista etc”.

Outras modificações poderão ser feitas objetivando a celeridade processual. O promotor de Justiça Marcelo de Oliveira Milagres entende que deveriam ser extintos vários procedimentos especiais, como ação de depósito, ação monitória e nunciação (ação para embargo) de obra nova, entre outros, e, em contrapartida, ampliar o rito sumário.

Nesse sentido, o advogado José Gama Júnior propõe que o novo Código torne os trâmites mais simples, privilegie os atos em audiência e torne o processo mais célere. A professora Juliana Cordeiro concorda. “O novo Código deverá primar pela simplificação procedimental, conferindo maiores poderes aos juízes na sua flexibilização de acordo com as exigências e especificidades do direito material”, explica.

Outras mudanças previstas no novo Código são: unificar o prazo recursal; trazer uma parte geral que enuncie princípios gerais e sistematize



Valéria Queiroga

A colaboração da sociedade é importante para que tenhamos uma legislação mais moderna e mais próxima das necessidades e da complexidade das relações dos tempos modernos”

■ A primeira audiência pública foi realizada em Belo Horizonte, no final de fevereiro

as tutelas de urgência; maior estímulo à conciliação; simplificar o sistema recursal e impor sanções para a interposição de recursos protelatórios, tal como o depósito de multas para recorrer. Uma das intenções da comissão é abolir embargos infringentes e agravo, para concentrar as matérias de recursos nas apelações.

Principais propostas da comissão:

- simplificar a linguagem e a ação processual;
- reduzir o número de recursos, abolir os embargos infringentes e o agravo;
- instituir o incidente de coletivização, que possibilitará ações de caráter coletivo;
- adequar o Código de Processo Civil à lei referente ao processo eletrônico;
- instituir procedimento único para o processo de sentença, com possibilidade de o juiz adequá-lo às peculiaridades do caso concreto;
- obrigatoriedade de audiência de conciliação no início de qualquer lide;
- possibilidade de comparecimento espontâneo da testemunha;
- aperfeiçoar e simplificar a “penhora *on line*”;
- unificar os prazos para a interposição de recursos em 15 dias;
- estimular a utilização da Lei nº 11.672 de 2006, que impede o ajuizamento de recursos repetitivos;
- extinguir o instituto da remessa necessária, que envia automaticamente para a 2ª Instância todos os processos em que há decisão desfavorável à União, ao Estado, ao Distrito Federal, aos Municípios e às respectivas autarquias e fundações de direito público.

Audiências públicas

O anteprojeto deverá ser entregue ao presidente do Senado, José Sarney, no final de abril ou início de maio, para ser apresentado à mesa diretora da casa e iniciar o processo legislativo no Congresso Nacional.

A comissão, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, está realizando audiências públicas em várias capitais para colher sugestões, no intuito de ajudar na elaboração do texto final. A primeira delas foi realizada em Belo Horizonte, no dia 26 de fevereiro.

“A colaboração da sociedade é importante para que tenhamos uma legislação mais moderna e mais próxima das necessidades e da complexidade das relações dos tempos modernos. É importante que seu espírito seja compreendido pelos seus operadores, pois de nada adiantará o esforço se a mentalidade de todos não acompanhar a elevada missão do processo”, conclui Juliana Cordeiro.

Planejamento estratégico 2010/2014: participar é preciso

Nanci Andrade

O alinhamento ao Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário acarretou mudanças na elaboração do planejamento do TJ. Dentre elas, a criação de duas comissões, uma de magistrados e outra de servidores, com a participação dos sindicatos de ambas as categorias, com o objetivo de ampliar a discussão e participação interna na definição dos projetos estratégicos. A abrangência mínima de cinco anos, com metas de curto, médio e longo prazos, indicadores de resultados, projetos estratégicos com orçamentos direcionados e aprovação do planejamento pelo Órgão Superior dos tribunais são outras exigências da Resolução 70, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A metodologia do Balanced Scorecard (BSC), também indicada pelo CNJ, passa a ser adotada pelo TJ.

Como explica a secretária-executiva de Planejamento, Maria Cecília Belo, a decisão do presidente Sérgio Resende de não aprovar o planejamento até dezembro do ano passado, como determinado pelo CNJ, concedeu o tempo necessário para a concretização de etapas importantes e a formulação de um planejamento mais consistente e factível com nossa realidade, sobretudo diante da mudança de metodologia. A discus-

são foi ampliada com a participação das comissões, além da realização de reuniões com as áreas e debate orientado dos projetos. A proposta é concluir, ainda neste primeiro semestre, a etapa de formulação do planejamento, com a definição e aprovação dos projetos estratégicos a serem desenvolvidos pelo Tribunal nos próximos cinco anos, acrescenta a secretária.

ce a gerente do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq), Dalila Petraconi.

O cronograma prosseguiu no mês de março, com as reuniões de alinhamento intersetorial, em que foram analisadas as ações envolvendo mais de uma área e delineadas as iniciativas conjuntas, informou Dalila.

Os grupos de trabalho de magistrados e servidores, instituídos, respectivamente, pelas Portarias 2.409 e 2.410/2010, têm prazo até o dia 16 de abril para apresentar suas sugestões, com objetivo de aprimorar a proposta do planejamento estratégico de 2010-2014.

Concluída a etapa de formulação, o planejamento será encaminhado para análise e validação do Comitê Estratégico, integrado pelos dirigentes do Tribunal de Justiça. Após a validação do Comitê, o planejamento deve ser analisado e aprovado pela Corte Superior.

Os grupos de trabalho de magistrados e servidores, instituídos pelas Portarias 2.409 e 2.410/2010, têm prazo até o dia 16 de abril para apresentar suas sugestões

Planejamentos setoriais

No período de novembro de 2009 a janeiro de 2010, a equipe do Planejamento visitou as áreas para levantar os planejamentos setoriais. Os projetos estratégicos, que atendem prioritariamente os objetivos institucionais, foram incluídos no Painel Estratégico, documento que detalha projetos, objetivos e metas de desenvolvimento anuais, esclare-

Envolvimento interno: vital para transformar estratégias em processo contínuo e tarefa de todos

Renata Mendes



Valéria Queiroga

Comissão de magistrados: envolvidos na formulação e acompanhamento da estratégia

Pela cultura da paz

Soraia Costa

Primeira mulher a ocupar um cargo da direção do TJMG, a desembargadora Márcia Milanez tomou posse como 3ª vice-presidente no início de março. Ela concluiu o curso de Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1970, e a pós-graduação em *Planificación y Políticas Públicas*, pela Ilpes/ONU, em Santiago do Chile, em 1988. Começou sua carreira como advogada no interior de Minas, foi professora universitária, procuradora, promotora de Justiça, juíza do extinto Tribunal de Alçada e é desembargadora há nove anos.

TJMG Informativo - Quais são os planos para a sua gestão na 3ª Vice-Presidência?

MM - Vamos dar continuidade à implantação das Centrais de Conciliação, dos Juizados de Conciliação, que já alcançam quase 90% das comarcas do Estado, e das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs). Paralelamente à criação das Apacs, que fazem parte do projeto Novos Rumos na Execução Pe-

nal, vamos implantar o programa Começar de Novo, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que inclui a qualificação profissional e um portal de oportunidades para os presidiários. Vamos buscar apoio junto aos empresários, para que essas pessoas, que já cumpriram pena ou estão em liberdade condicional, possam começar uma vida nova. Também daremos início ao estudo da Justiça Restaurativa, um projeto das Nações Unidas a ser implantado em escolas e nas Varas da Infância e da Juventude. Já são três projetos piloto aqui no Brasil. O objetivo é restaurar a paz nas comunidades, através do perdão e da reparação do dano pelo infrator, nos casos de pequenos delitos.

TJMG Informativo - E os novos projetos?

MM - As Equipes de Apoio estão esperando a liberação dos valores para as diárias, através do orçamento do TJ. É um projeto já regulamentado em que os servidores terão que se deslocar da Capital para o interior. O objetivo é fornecer apoio técnico e operacional para as varas selecionadas e reduzir o acervo processual.

O projeto de Mediação de Conflitos Familiares também está regulamentado e precisa de dotação orçamentária. Considero esses projetos muito importantes. Quando decidi me candidatar à 3ª Vice, meu propósito era diminuir a cultura do litígio e instaurar a cultura da paz.

TJMG Informativo - Como a senhora se sente sendo a primeira mulher a ocupar a direção do TJMG?

MM - Eu me sinto muito feliz por esta oportunidade que meus colegas me conferiram. Estou muito disposta a dar tudo de mim para que a minha passagem por aqui seja frutífera. Eu tenho dito que mulher sabe administrar. Estou preparada para o cargo e tenho certeza de que vou cumprir a meta a que me propus e vou ser muito feliz.

TJMG Informativo - O que a senhora gosta de fazer quando não está traba-

lhando?

MM - Eu gosto de amigos, gosto de gente, de conversar, ler, ouvir música e cantar. Gosto de tudo que é bom.

Quando decidi me candidatar à 3ª Vice, meu propósito era diminuir a cultura do litígio e instaurar a cultura da paz”

■ A desembargadora Márcia Milanez tomou posse como 3ª vice-presidente do TJ no início de março



Rossana Magri



Marcando pontos com Justiça

■ O heterogêneo grupo de jovens atletas estuda, treina e participa de torneios e viagens culturais

Divulgação

Manuela Ribeiro

Tênis é um esporte de elite. Os membros do Judiciário vivem distantes da sociedade. Investimentos em educação não dão resultado em curto prazo. Uma iniciativa do juiz da 4ª Vara Cível de Araguari, Rowilson Gomes Garcia, desmente todas as afirmações anteriores com um só golpe. Ou melhor, com uma raquetada.

Fã da prática esportiva, o magistrado foi o responsável pela idealização do projeto Bom na escola, bom no tênis, implantado na comarca de Estrela do Sul, no Triângulo Mineiro. Ao construir uma quadra de saibro na cidade, o juiz percebeu o interesse de crianças e adolescentes que, num município de 6 mil habitantes, dispunham de poucas opções de lazer e poderiam se tornar presas da criminalidade. “Os me-

ninos ficavam na beira da quadra e pediam para jogar. Vi que, com uma ideia simples, poderíamos aliar Justiça e responsabilidade social”, explicou o juiz.

Cinco anos após o início modesto, o projeto atende a 100 crianças e adolescentes entre quatro e 17 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo-lhes não só o ensino de tênis, mas aulas de inglês, informática, redação e reforço escolar, bem como televisão a cabo, livros e internet. Na Casa da Cidadania, os beneficiários contam ainda com mesas de pingue-pongue e pebolim (totó).

Parcerias

Profissionais voluntários garantem aos esportistas atendimento médico, odontológico e psicológico. Também integram a equipe multidisciplinar o promotor de Justiça André Luís Alves de Melo, o prefeito da cidade, Haroldo José de Almeida, um instrutor de tênis, uma nutricionista, uma fisioterapeuta, uma assistente social e diversos professores.

A Prefeitura ofereceu uniformes, equipamentos, materiais didáticos e o pagamento do professor de tênis. Outras entidades parceiras, como a Polícia Militar, o Exército, empresários e colaboradores, con-

tribuem com a alimentação, despesas de transporte, hospedagem e inscrição em torneios desportivos.

Como incentivo às crianças e adolescentes, a participação no projeto foi condicionada ao bom rendimento escolar. “Isso teve um reflexo positivo na autoestima e no fortalecimento do caráter. Esses jovens ficam menos sujeitos ao desvio de conduta”, argumenta o magistrado.

Para o juiz, o esporte introduz valores que serão fundamentais pela vida afora. “Trata-se de um importante instrumento de transformação. Responsabilidade, honestidade, disciplina, o reconhecimento do mérito do outro e a consciência de que a vitória depende em grande parte da preparação prévia fazem parte do aprendizado de todo jogador”, esclarece.

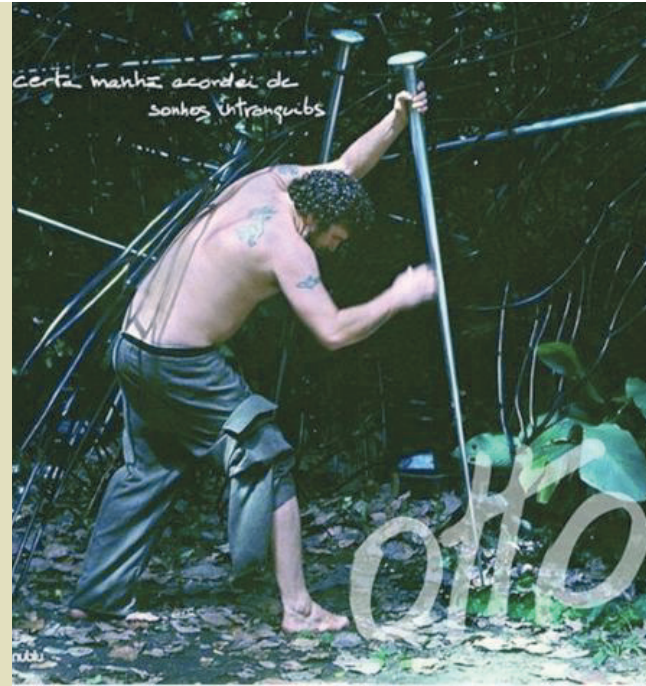
Apesar da presença de atletas na Liga Triangulina de Tênis, premiações e boas colocações nos *rankings*, o juiz ressalta os resultados fora das quadras. “As viagens e torneios, embora permitam conhecer realidades diferentes, não são a finalidade última. Queremos quebrar o ciclo do menor infrator, por meio da inclusão, mostrando que o estudo é fator primordial para o crescimento pessoal”, conclui Rowilson.

Vi que, com uma ideia simples, poderíamos aliar Justiça e responsabilidade social”

Música

Certa Manhã Acordei de Sonhos Intraquilos é o quarto CD do pernambucano Otto Maximiliano Pereira de Cordeiro, 42 anos. Aclamado pela crítica como um dos melhores discos de 2009, o trabalho tem participação especial da cantora espanhola Julieta Venegas e da brasileira Céu. Com letras fortes e inteligentes, característica de Otto (“acabo de comprar uma TV a Cabo, acabo de entrar para a solidão” – *Samba Pra Burro*/1998), o novo disco demorou cinco anos para ficar pronto e possui um instrumental que não passa despercebido. É difícil rotular Otto quanto a ritmos musicais. O que se ouve nas músicas é uma fusão de sons regionais com a música contemporânea, inclusive a eletrônica. O artista lançou ainda os discos *Condom Black* (2001) e *Sem Gravidade* (2003), além de um remix e um acústico para a MTV.

Raul Machado – Ascom/Fórum



Divulgação

Filme

Uma história surpreendente de espionagem, mostrada pelo ponto de vista ambíguo e envolvente do espião. O filme alemão *A vida dos outros*, vencedor do Oscar na categoria de melhor filme estrangeiro em 2007 e dirigido por Florian Henckel von Donnersmarck, traz uma abordagem diferente sobre a tarefa investigativa. Um agente do serviço de informação da Berlim Oriental comunista, em 1984, passa por um dilema moral ao se identificar cada vez mais com a vida dos vigiados: um dramaturgo e uma atriz, suspeitos de conspiração contra o governo. O agente passa a ter um papel decisivo no destino de ambos, espionados 24 horas por dia, quando começa a “mudar de lado” e compreender a conduta investigada. A trama permite uma reflexão sobre os limites da liberdade e a possibilidade de transformar convicções.

Fernanda Chácara – Ascom/Raja

Livro

Se você não leu, certamente já ouviu falar. *Crime e Castigo*, do russo Fiódor M. Dostoiévski, publicado pela primeira vez em 1866, relata a angústia e o sofrimento vividos por Raskólnikov após cometer um assassinato. O jovem estudante de Direito se sente marginalizado pela falta de dinheiro, mata uma agiota, rouba-lhe algumas joias, mas não consegue usufruir da pequena riqueza porque fica atormentado. O romance envolve uma teia de personagens e tramas paralelas que prendem o leitor, não para a resolução do caso, que é confessado, mas para a resolução dos dramas humanos que o autor propõe. Um romance único que nos faz pensar sobre o ser humano e seu lado sombrio. Nas livrarias, nos sebos ou com algum amigo, você encontrará este que é considerado, por críticos literários, o grande romance de todos os tempos.

Soraia Costa – Ascom/Raja

AÇÃO SOCIAL

Gustavo Gomes



A assistente social Fátima Salomé

Servidora do TJMG cria ONG para jovens

Luciana Coelho

Ajudar jovens carentes a encontrar uma profissão. Esse é o objetivo da assistente social Fátima Salomé Barreto Garcia, do Centro de Serviço Social e Psicologia do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Ela e duas amigas fundaram, no final de 2009, a instituição Rossana Demartine, uma Organização Não-Governamental (ONG) para capacitar adolescentes que vivem em abrigos e inseri-los no mercado de trabalho. De acordo com Fátima, essa ONG é a realização de um sonho da amiga Rossana Demartine, já falecida, homenageada no nome da instituição.

A primeira ação das amigas foi visitar alguns abrigos para buscar os jovens. O trabalho será feito com adolescentes que perderam contato com a família ou não foram adotados. “Pretendemos construir uma rede social para esses jovens, fazer uma oficina de cidadania, estudar o perfil de cada um e depois encaminhá-los a um curso de capacitação profissional”, conta Fátima.

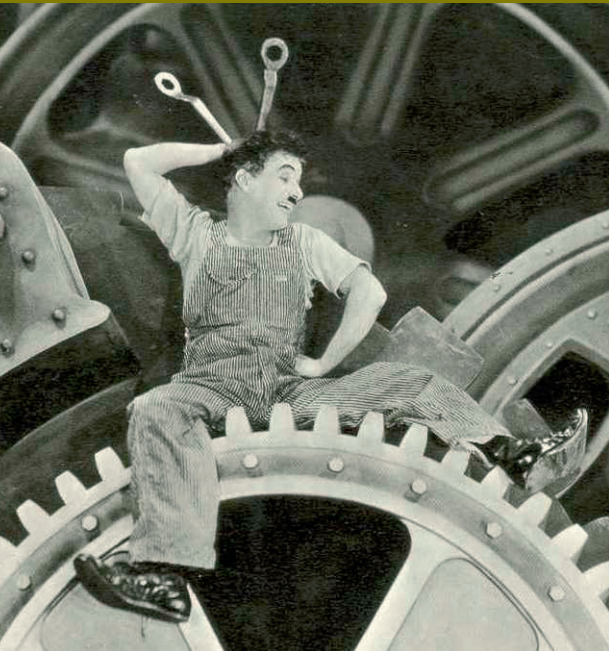
Conforme Fátima, a ONG foi registrada em março deste ano e elas estão procurando um local para a sede. A instituição firmou um contrato com a Faculdade de Estudos Administrativos (Fead) e precisa de voluntários.

Para mais informações sobre a ONG Rossana Demartine, entre em contato pelos telefones (31) 8860-4110 ou (31) 3281-0682.

Participe

A partir desta edição, o *TJMG Informativo* está mais interativo. Além do *Click do Leitor*, os leitores poderão participar enviando sugestões para as duas novas colunas: a Ação Social e a Dicas de Cultura. Se você conhece algum servidor do Tribunal de Justiça (Capital ou interior) que desenvolva trabalho voluntário, pode sugerir o nome dele para que seu trabalho seja abordado pela coluna Ação Social. Para participar das dicas culturais, envie texto e foto (se tiver) com sugestões de música, filme ou livro. As sugestões devem ser encaminhadas para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br. Todas elas serão recebidas e analisadas pela Assessoria de Comunicação Institucional e selecionadas para publicação.

Charles Chaplin no Cineclube TJ



Tempos Modernos é o último filme mudo do diretor e ator Charles Chaplin. Ele enfoca a vida urbana nos Estados Unidos, nos anos 30, após a crise de 1929, quando a depressão atingiu toda sociedade norte-americana, levando grande parte da população ao desemprego e à fome.

A figura central do filme é Carlitos, um operário de linha de montagem que é levado à loucura pela monotonia do seu trabalho. Após um longo período em um sanatório, ele fica curado de seu problema nervoso e deixa o hospital para começar uma nova vida. Porém, desempregado, encontra uma crise generalizada e, para piorar as coisas, é preso, por equívoco, como agitador comunista, suspeito de liderar uma marcha de operários em protesto. Depois, envolve-se com uma jovem órfã, que vive na miséria, e tem que roubar comida para ela e suas duas irmãs menores. Ele e a garota desenvolvem uma relação de ajuda mútua.

Apesar de *Tempos Modernos* ser considerado uma das maiores comédias de todos os tempos, não se pode ignorar o seu imenso conteúdo político. Chaplin realiza uma inteligente sátira à sociedade industrial, na qual as máquinas substituem a mão-de-obra e os operários são marginalizados.

Tempos Modernos será exibido no Cineclube TJ, no dia 29 de abril, às 19h, no auditório do Anexo II do TJMG – rua Goiás, 253, 3º andar.

Flávio Vaz

CLICK DO LEITOR

Eu estive em Ubatuba/SP e conheci várias praias. De todas as fotos que tirei, a da praia do Félix é a que mais chama a atenção por sua beleza. Gostaria de compartilhar essa imagem com os leitores do *TJMG Informativo*. É um lugar maravilhoso!

Flávio Marcos de Oliveira Vaz, estagiário da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Divinópolis/MG



Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.